

DIÁLOGOS ENTRE AS BASES CURRICULARES DE BRASIL E AUSTRÁLIA: OS POVOS ORIGINÁRIOS E SUAS ABORDAGENS

João Pedro Barcellos Adams ¹
Paola Gomes Pereira ²

RESUMO

No presente trabalho, é realizada uma análise dos documentos que orientam as propostas curriculares de Brasil e Austrália, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o *Australian Curriculum*, respectivamente. Almeja-se identificar as possibilidades de diálogo entre as abordagens feitas em relação aos povos originários em cada país. A partir dessa identificação, busca-se analisar e comparar a relevância da prioridade curricular transversal “*Aboriginal and Torres Strait Islander Histories and Cultures*”, presente no documento australiano e suas possibilidades de diálogo com o ensino de Geografia no Brasil. Para atingir os objetivos estipulados, uma pesquisa qualitativa no formato de análise documental foi realizada, com enfoque nas categorias de “território” e “paisagem” nos documentos curriculares de Brasil e Austrália. O interesse da pesquisa se deu no âmbito do componente curricular de Geografia, no sexto e sétimo ano do ensino fundamental brasileiro, onde os temas relacionados aos povos originários surgem pela primeira vez na BNCC, e no sétimo e oitavo ano do currículo australiano, onde surge pela primeira vez o ensino específico de Geografia no *Australian Curriculum*. A adição da prioridade curricular transversal “*Aboriginal and Torres Strait Islander Histories and Cultures*” na orientação curricular australiana permitiu a interpretação de uma visão mais abrangente aos povos originários em relação à abordagem do mesmo tema na BNCC. Além do caráter prioritário, o enfoque metodológico dado aos saberes desses povos evidenciou uma tentativa mais recorrente de incluir a cultura dos povos originários na orientação curricular do país em relação ao documento brasileiro.

Palavras-chave: Ensino de Geografia, *Australian Curriculum*, BNCC, Povos Originários, Currículo.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, é realizada uma análise dos documentos que orientam as propostas curriculares de Brasil e Austrália, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o *Australian Curriculum*, respectivamente. Busca-se identificar as

¹ Graduando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), joapedroadams@hotmail.com;

² Doutoranda do Curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), geografia.paola@gmail.com;

possibilidades de diálogo entre a abordagem feita em relação aos povos originários nos documentos educacionais de cada país. Tendo como área de estudos a Geografia, se destaca a importância de trazer novas perspectivas sobre o tema, procurando enriquecer o trabalho com a base curricular brasileira.

Essa é uma pesquisa em andamento, tendo as orientações curriculares da Austrália como objeto de estudo, devido às semelhanças geográficas, físicas e sociais do país com o Brasil. Ambos são países federativos, colonizados por europeus, com um grande território e uma imensa diversidade cultural. Junto a isso, a reforma curricular iniciada no país australiano em 2008, se tornou objeto de interesse para a pesquisa realizada. A reforma, tendo a *ACARA (Australian Curriculum, Assessment & Reporting Authority)* como responsável pela sua realização, se assemelha a acontecida no Brasil, através da BNCC, e tinha como objetivos unificar o currículo escolar nacional, diminuindo a disparidade e as diferenças de ensino entre as diversas partes do país. Barry McGaw, um dos pesquisadores responsáveis pela elaboração desse documento, concedeu entrevista à revista *Cadernos CENPEC*, indicando que notava-se uma desigualdade no ensino entre as áreas urbanas e rurais do país, e junto a isso foi identificado que 80 mil estudantes se mudavam de estado a cada ano, o que os fazia experimentar um currículo diferente do anterior (CENPEC, 2014).

Dentro dessa reforma, o ponto central do interesse da pesquisa é o tema transversal prioritário dedicado aos povos originários do país “*Aboriginal and Torres Strait Islander Histories and Cultures (Histórias e Culturas dos Aborígenes e Povos das Ilhas do Estreito de Torres)*” adicionado no currículo escolar australiano como na busca por um destaque aos saberes de povos no ensino do país:

Com ela queríamos reforçar a necessidade de olharmos com mais respeito para a história de nossas relações com as culturas indígenas e ter o intenso reconhecimento de que eles estavam aqui muito antes de a civilização europeia chegar. Também precisávamos encontrar uma maneira de nos certificar de que cada aborígene e indígena se enxergasse no currículo. (CENPEC, 2014, p.262).

Busca-se assim, propor um diálogo em como é abordado os povos originários na BNCC e no *Australian Curriculum*. Esse tema incluído na reforma feita pela *ACARA* possui uma abordagem mais ampla e elaborada em relação à BNCC, sendo importante a

realização de um diálogo entre ambos documentos curriculares, a fim de discutir e trazer novas propostas para o ensino brasileiro.

A partir da identificação da importância de um tema prioritário dedicado unicamente aos povos originários do país, dialogando com todos aspectos do documento curricular nacional, busca-se enriquecer o ensino de Geografia no Brasil, analisando e comparando aspectos dos documentos curriculares de ambos os países. Para isso, alguns objetivos foram estipulados para a realização da pesquisa:

- Referenciar conceitos e temas a serem analisados;
- Definir categorias que permitam realizar a análise;
- Mostrar as potencialidades pedagógicas apresentadas pela análise realizada, em especial aos anos finais do ensino fundamental.

Considerando a relevância da abordagem e os objetivos apresentados, foi desenvolvido o percurso metodológico apresentado a seguir.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos estipulados, uma pesquisa qualitativa no formato de análise documental foi realizada, com enfoque nas categorias de “território” e “paisagem” e nos termos presentes nos documentos curriculares de Brasil e Austrália. O interesse da pesquisa se deu no âmbito da Geografia, no sexto e sétimo ano do ensino fundamental brasileiro, onde os temas relacionados aos povos originários surgem pela primeira vez na BNCC, e no sétimo e oitavo ano do currículo da Austrália, onde surge pela primeira vez o ensino específico de Geografia no *Australian Curriculum*. Assim, o foco maior acontece nesses anos finais do ensino fundamental, tornando a análise e comparação dos documentos justa, visto que os anos são similares.

Os documentos oficiais das orientações curriculares dos países investigados que conduzem as análises da pesquisa são, de forma específica, o *Australian Curriculum* (ACARA, 2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

A partir da construção teórica inicial foi realizada uma análise e interpretação documental qualitativa, baseada nas propostas metodológicas de Bauer e Gaskell (2008), Flick (2013) e Gil (2008), na qual foi feita a seleção e posterior simplificação do

conteúdo obtido, para que assim fossem estabelecidas as categorias que permitissem a visualização dos dados levantados.

Para agregar a pesquisa, foram buscados artigos e análises referentes a ambos os documentos curriculares objetos de estudo da pesquisa, para melhor compreender e investigar os objetivos e as abordagens de cada documento. Para o desenvolvimento da discussão em relação à BNCC, foi consultado o artigo “História e Diversidade Cultural Indígena na Base Nacional Comum Curricular (2015-2017)”, onde os autores Elias Nazareno e Ordália Cristina Gonçalves Araújo investigam o tratamento dado à história e cultura dos povos indígenas nas fases iniciais de elaboração da BNCC, iniciada no ano de 2015. Junto às reflexões dos autores, o artigo traz as visões e perspectivas sobre o assunto de estudantes indígenas do Curso de Educação Intercultural Indígena (CEI) da Universidade Federal de Goiás. Em relação ao *Australian Curriculum*, foi buscado o artigo “*The inclusion of Aboriginal and Torres Strait Islander content in the Australian National Curriculum: A cultural, cognitive and socio-political evaluation*”, de Kevin Lowe e Tyson Yunkaporta, elaborado para discutir e refletir sobre o tema transversal estudado também nessa pesquisa.

Por fim, para compreender melhor como aconteceu e o que incentivou a criação de um currículo nacional comum na Austrália, uma entrevista de Barry McGaw, presidente da ACARA, concedida ao periódico Cadernos CENPEC, em 2014, foi examinada, de modo a contribuir para a compreensão do ensino no país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para levantar os dados necessários para a pesquisa, os documentos curriculares de ambos os países foram analisados. Como a Geografia era o campo de estudo, a busca se iniciou pelos documentos desse componente curricular. Para realizar a comparação, foram procurados termos relacionados ao tema, como “povos originários”, “povos indígenas” e “indígenas” na BNCC. No *Australian Curriculum*, dentro do campo da Geografia, foram buscados os termos referentes ao tema transversal prioritário “*Aboriginal and Torres Strait Islander Histories and Cultures*”, que perpassa todos os

componentes curriculares de todos os anos do documento. Essa prioridade é apresentada pelo *Australian Curriculum* da seguinte forma:

O currículo australiano está trabalhando para atender a duas necessidades distintas na educação aborígene e ilhéu do estreito de Torres: que os estudantes aborígenes e ilhéus do estreito de Torres possam ver-se a si próprios, as suas identidades e culturas refletidas no currículo de cada uma das áreas de aprendizagem, participar plenamente no currículo e construir a sua autoestima; que as Histórias e Culturas dos Aborígenes e dos Ilhéus do Estreito de Torres sejam concebidas para que todos os estudantes se empenhem na reconciliação, no respeito e no reconhecimento das mais antigas culturas de vida contínuas do mundo.³ (ACARA, 2014)

Realizada a busca pelos termos, foi decidido focar no sexto e sétimo ano do ensino fundamental brasileiro, e no sétimo e oitavo ano do ensino australiano. A modo comparativo, foram analisadas as habilidades e competências relacionadas a “território” e “paisagem”, por mais que outros conceitos fossem abrangidos, principalmente nos documentos australianos. Assim, foram selecionadas algumas habilidades presentes nos currículos para serem comparadas.

Para conceituar os termos a serem analisados, foi utilizado o documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) na área de Ciências Humanas e Tecnologias. Nesse documento a paisagem é entendida como uma categoria que:

Contém elementos impostos pelo homem por meio de seu trabalho, de sua cultura e de sua emoção. Nela se desenvolve a vida social e, dessa forma, ela pode ser identificada informalmente apenas, mediante a percepção, mas também pode ser identificada e analisada de maneira formal, de modo seletivo e organizado; e é neste último sentido que a paisagem se compõe como um elemento conceitual de interesse da Geografia. (BRASIL, 2021)

O documento também dialoga com visão de Milton Santos (1988) que diz:

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de

³ Traduzido do inglês pelos autores: The Australian Curriculum is working towards addressing two distinct needs in Aboriginal and Torres Strait Islander education: that Aboriginal and Torres Strait Islander students are able to see themselves, their identities and their cultures reflected in the curriculum of each of the learning areas, can fully participate in the curriculum and can build their self-esteem; that the Aboriginal and Torres Strait Islander Histories and Cultures cross-curriculum priority is designed for all students to engage in reconciliation, respect and recognition of the world's oldest continuous living cultures.

forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista vêem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum. (SANTOS, 1988, p.22)

Para comparar com mais clareza as habilidades estipuladas como objeto de estudo nos documentos, foi elaborada a tabela a seguir:

Quadro 1 - Habilidades e Objetos de conhecimento relacionados à Paisagem na BNCC e no Australian Curriculum

Documento Curricular	Ano	Habilidades e Objetos de conhecimento na Geografia
BNCC	6º	(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.
<i>Australian Curriculum</i>	8º	(ACHGK048) Diferentes tipos de paisagens e suas características distintas. - Explorar os nomes, significados e significados das características do relevo sob a perspectiva de um aborígine ou de um habitante das Ilhas do Estreito de Torres.
<i>Australian Curriculum</i>	8º	(ACHGK049) Valor espiritual, estético e cultural de paisagens e formas de relevo para as pessoas, incluindo aborígenes e Povos das Ilhas do Estreito de Torres. - Explorar os significados em várias camadas (bem-estar material, cultural e espiritual) associados com paisagens e formas de relevo dos povos aborígenes e das Ilhas do Estreito de Torres. - Investigar “dreaming histories” de aborígenes e lendas do Estreito de Torres sobre a formação, significado e interconexão de formas de relevo.

	<p>- Discutir a importância dos acidentes geográficos para as pessoas, incluindo aborígenes e habitantes das Ilhas do Estreito de Torres.</p>
--	---

Fonte: Autores

Tendo identificado as habilidades que conversam com o termo “paisagem” é possível fazer algumas interpretações sobre a ótica trazida em cada um dos currículos. Na BNCC, as habilidades referentes à paisagem trazem de forma mais constante uma análise das modificações das mesmas (temporalidade). No currículo australiano, o tema é tratado através de uma compreensão do que as paisagens significam para diferentes grupos, com destaque para os povos originários. Não é feita apenas uma interpretação da paisagem, mas os valores que ali se encontram. Como, por exemplo, a formação de determinados relevos, o enfoque está nas explicações e representações que esses possuem para determinados povos. O ponto de vista, a perspectiva, se encontra presente também ao discutir a importância dos acidentes geográficos para eles, havendo uma leitura possivelmente diferente do que é apontado usualmente.

Para trazer as habilidades referentes a “território” foi trazido novamente o conceito encontrado na PCN:

Porção do espaço definida pelas relações de poder, passando assim da delimitação natural e econômica para a de divisa social. O grupo que se apropria de um território ou se organiza sobre ele cria relação de territorialidade, que se constitui em outro importante conceito da Geografia. Ela se define como a relação entre os agentes sociais, políticos e econômicos, interferindo na gestão do espaço. (...) A delimitação do território é a delimitação das relações de poder, domínio e apropriação nele instaladas. É portanto uma porção concreta. O território pode, assim, transcender uma unidade política, e o mesmo acontecendo com o processo de territorialidade, sendo que este não se traduz por uma simples expressão cartográfica, mas se manifesta sob as relações variadas, desde as mais simples até as mais complexas. (BRASIL, 2021)

Foi buscado também o seguinte conceito para “território”:

Espaço dominado (mediador de relações de poder político-econômica) e/ou simbolicamente apropriado (mediador de representações e identificações sociais). Todo território só existe a partir da articulação ou "irrigação" realizada através de redes. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 150)

No quadro a seguir organizamos as habilidades identificadas em cada um dos documentos e suas aproximações:

Quadro 2 - Habilidades e Objetos de conhecimento relacionados ao Território na BNCC e no Australian Curriculum

Documento Curricular	Ano	Habilidades e Conteúdos na Geografia
BNCC	7º	(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.
BNCC	7º	(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.
<i>Australian Curriculum</i>	7º	(ACHGK043) Fatores que influenciam as decisões que as pessoas tomam sobre onde morar e suas percepções sobre os lugares. - Discutir porque tantos aborígenes e habitantes das Ilhas do Estreito de Torres preferem morar em seu próprio país/lugar ou prefeririam morar mesmo se tivessem outras opções.

Fonte: Autores

Em relação às habilidades referentes ao território, foi notado que no documento australiano, as perspectivas trazidas a essa categoria dialogam frequentemente com outros conceitos geográficos. O ponto de vista abordado conversa com a leitura do espaço geográfico, com o entendimento do lugar, podendo encaminhar para o desenvolvimento de um raciocínio geográfico mais amplo.

Realizada essa comparação específica dos termos abordados, foram identificadas outras percepções em relação aos dois documentos,. Nas orientações da BNCC, os temas relacionados aos povos originários do Brasil, em especial os indígenas, surgem como um objeto de estudo dentro da Geografia. As habilidades surgem mais frequentemente enquanto objetos de conhecimento a serem trabalhados em sala de aula dentro do documento brasileiro. No artigo, “História e Diversidade Cultural Indígena na Base Nacional Curricular Comum (2015-2017)”, os autores criticam a proposta de diversidade no documento: : *“a diversidade surge na parte diversificada e não na parte comum, fator claro da evidente hierarquização de saberes do documento pautada pela proposição de uma matriz curricular eurocêntrica.”*(HISTÓRIA INDÍGENA NA BNCC, p.40) Em comparação ao currículo australiano, se vê uma diferença nesse quesito, visto que os temas transversais relacionados aos povos originários do país conversaram com todos aspectos presentes na base, sendo considerados prioridades na proposta de ensino do documento, estando presente em todos os anos de estudo e em todos os componentes curriculares. Repara-se que os saberes, a cultura e as percepções dos povos originários do país, como os aborígenes e os povos das Ilhas do Estreito de Torres, surgem como um caminho possível para a aprendizagem e possibilidades de aprender a partir de leituras diversas de mundo, não apenas como um objeto de estudo, trazendo esse tema de forma mais inclusiva à sala de aula. Por exemplo, a percepção em relação à natureza dos povos originários australianos é ensinada para que os alunos possuam uma relação melhor com o ambiente, de maneira mais sustentável, como é visto no conteúdo de Geografia do 8º ano *“(ACHGK052) Maneiras de proteger paisagens significativas.”*, onde uma das habilidades ensinadas é *“identificar a contribuição do conhecimento aborígene e dos habitantes das Ilhas do Estreito de Torres para o uso e gestão de acidentes geográficos e paisagens.”* Em outros momentos do documento, é possível enxergar isso também.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecendo a necessidade de diminuir a desigualdade no ensino entre as áreas urbanas e rurais do seu território, a reforma curricular feita pela ACARA na Austrália

trouxe aspectos importantes a serem espelhados pela educação brasileira. Identificando que o ensino nas áreas rurais, onde se encontram muitos povos originários, não possuía as mesmas oportunidades do ensino nas grandes cidades, a criação de uma base curricular comum e a inclusão maior da cultura dos povos aborígenes no ensino escolar do país, procura equalizar a educação para todos australianos.

O tema transversal prioritário “Histórias e Culturas dos Aborígenes e Povos das Ilhas do Estreito de Torres”, que se encontra em todas as áreas de ensino do currículo, propõe uma inclusão de todas culturas e povos existentes no país. Dessa maneira, os estudantes de origem aborígene ou dos povos das Ilhas do Estreito de Torres, são capazes de se identificar, conhecer, participar, pertencer e ver sua cultura refletida dentro do ambiente escolar. Junto a isso, cria uma relação de respeito, reconhecimento e inclusão por parte de todos estudantes, de todas as origens.

A abordagem que esse tema transversal traz inclui também os saberes e a ciência desses povos para a metodologia de ensino das orientações curriculares, não apenas como um objeto de estudo. Contribuindo há milênios para a ciência, a sabedoria e a visão de vida desses povos são ensinadas em diversas áreas do conhecimento, por mais que nessa pesquisa o foco tem sido a paisagem e o território dentro da Geografia.

Por fim, as orientações curriculares australianas podem servir de inspiração para enriquecer o ensino de Geografia no Brasil, o tornando mais inclusivo e abrangente à diversidade cultural existente no país.

REFERÊNCIAS

AUSTRALIAN CURRICULUM, ASSESSMENT AND REPORTING AUTHORITY [ACARA]. (2014). Foundation to year 10 curriculum: Language for interaction.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária do Ensino Médio. Parâmetros curriculares nacionais - Ensino Médio. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2021.

CENPEC, Cadernos. Entrevista com Barry MacGaw: O desenvolvimento do currículo nacional australiano. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 3, n. 2, set. 2014. ISSN 2237-9983. Disponível em:

<<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/242>>. Acesso em: 05 nov. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v3i2.242>.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: UNESP, 2006

LOWE, Kevin., & YUNKAPORTA, Tyson. (2013). The inclusion of aboriginal and Torres strait islander content in the Australian national curriculum: A cultural, cognitive and socio-political evaluation. Curriculum Perspectives, 33(1), 1-14.

NAZARENO, Elias; ARAÚJO, Ordália. HISTÓRIA E DIVERSIDADE CULTURAL INDÍGENA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (2015-2017). Revista Temporis[ação] (ISSN 2317-5516), v. 18, n. 1, p. 35-60, 4 jul. 2018.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da Geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

WATTCHOW, Brian; BROWN, Mike. A Pedagogy of Place. Outdoor education for a changing world. Clayton: Monash University Publishing, 2011